



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS, O PRESIDENTE,

ADM TIDA
NA SESSÃO DE <u>05/12/20</u>
LISBOA, ___/___/___

Petição n.º 73/X/1.ª

### NOTA SOBRE A ADMISSIBILIDADE

**Assunto:** Insurge-se contra o facto de lhe ter sido negada a nacionalidade portuguesa da sua filha adoptada em Espanha, em virtude de o Consulado de Portugal entender que não o pode fazer sem que a decisão judicial espanhola que decretou a adopção plena seja reconhecida pelo Estado Português.

**Peticionante:** Joaquim Luís Tavares Lavado.

A petição deu entrada em 14 de Novembro de 2005, por via electrónica, e está endereçada ao Presidente da Assembleia da República, que a remeteu a esta Comissão, na mesma data, para apreciação.

O peticionante Joaquim Luís Tavares Lavado está correctamente identificado e com menção do respectivo domicílio, o texto da petição é inteligível, o seu objecto está bem especificado e estão presentes os demais requisitos formais e de tramitação constantes dos artigos 9.º e 15.º da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, com a redacção dada pelas Leis n.ºs 6/93, de 1 de Março, e 15/2003, de 4 de Junho.

Também não se verifica a existência de qualquer das causas de indeferimento liminar previstas no artigo 12.º da Lei n.º 43/90, pelo que se encontra em condições de ser admitida.

Palácio de S. Bento, 19 de Dezembro de 2005

O Assessor da Comissão

(Fernando Paulo Gonçalves)

ed. 1.º de 2005